

DUARTE, Elizabeth Machado – Reforma Agrária: Entraves Políticos e administrativos

Embora versando sobre conteúdo já tratado por outros especialistas, este trabalho traz contribuições inovadoras. Tem o mérito de:

a) – proceder a uma síntese dos fatos históricos recentes mostrando como a reforma agrária de objeto prioritário da política governamental da Nova República, em sua fase inicial, se transformou em seu problema nº 1 para, finalmente, se constituir, no período atual, em matéria desprovida de importância política no âmbito governamental, "solucionada" pelo próprio esvaziamento político de seu conteúdo, num claro favorecimento dos interesses contrários à sua efetivação. "Do ponto de vista das elites agrárias, a existência de um Ministério responsável pela realização da reforma agrária é inócuo enquanto ameaça ao exercício do seu poder, na medida em que mantenham o controle do seu (não) funcionamento, através das ligações estabelecidas em seu interior", como afirma Elizabeth Duarte em sua análise.

b) – desenvolver um estudo analítico e crítico dos obstáculos que se interpuseram à concretização da reforma agrária do governo Sarney. Ao detectar a natureza política e administrativa destes obstáculos a autora ressalta, ao mesmo tempo, que embora haja uma determinação recíproca entre os níveis político e administrativo, é sobretudo no nível político que deve ser buscada a origem dos entraves administrativos.

O desenvolvimento da argumentação, e portanto a explicação sociológica a que o estudo se propõe, evidencia que é precisamente no jogo de forças sócio-políticas existentes na sociedade, no período considerado, que se encontram as razões centrais para a compreensão dos rumos sombrios tomados pela política de reforma agrária. A partir daí a análise identifica os grandes blocos que se colocam respectivamente pró e contra a concretização da reforma agrária. Assinala, no interior de cada um destes grandes grupos, as classes e frações de classe que participam do jogo político, mostrando seu potencial maior ou menor de organização, seus canais institucionais de mobilização e os movimentos que surgiram paralelamente à organização formal, tanto dos grupos dominantes (que buscam e têm conseguido inviabilizar a reforma agrária) quanto da classe trabalhadora rural.

Sob esse aspecto, merece destaque a reflexão desenvolvida sobre as formas de organização das classes dominantes e da classe trabalhadora rural.

No tocante às primeiras o estudo identifica as principais posições existentes no interior dos grupos dominantes em relação à questão agrária em geral, e à reforma agrária em particular, a partir da análise das entidades de classe patronais e dos grupos que estes representam: Confederação Nacional da Agricultura – CNA; Sociedade Rural Brasileira – SRB; e Sociedade Nacional da Agricultura – SNA; e a União Democrática Ruralista – UDR, esta última criada paralelamente ao sindicalismo patronal existente e refletindo, de uma certa forma, a crise de legitimidade deste sindicalismo. A análise ressalta também as articulações entre estas diferentes entidades no sentido de minimizar suas diferenças internas e apresentar-se como um grupo coeso, sempre que se trate da definição de questões prioritárias e da defesa dos interesses gerais desses di-

versos grupos, quais sejam os referentes à preservação da estrutura fundiária vigente.

Exemplos desta unidade e coesão são as posições assumidas quando da apresentação da "Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária" pelo Mirad, e as estratégias de atuação que caracterizam estes grupos em todo o período de vigência da Assembléia Nacional Constituinte. Tanto em um como em outro momento, a agilidade na organização e a coesão em torno da questão central da "Intocabilidade da estrutura fundiária" foram fundamentais para garantir a vitória destes grupos conservadores face às posições progressistas.

Em contrapartida, a análise das posições da classe trabalhadora e ou dos grupos organicamente vinculados a ela, mostrou como, por um lado, a impossibilidade de remeter para o futuro a resolução ou superação das divisões e diferenças de natureza ideológica, e por outro, a efetiva heterogeneidade da classe trabalhadora rural, reproduzida no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, traduziram-se, na prática, em fatores dificultadores da atuação dos trabalhadores rurais, naqueles momentos cruciais em que esteve em jogo a possibilidade de uma transformação efetiva da estrutura fundiária predominante no país. Por exemplo: o significado e alcance do IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais "deveria ser capaz de exercer pressões concretas sobre as ações de um governo que tenha pretensões de ser democrático. No entanto, a atuação do M.S.T.R. não foi suficiente para reverter a tendência verificada dentro do bloco no poder da chamada Nova República, que encaminhou as questões relativas à reforma agrária de forma contrária aos interesses dos trabalhadores rurais", conforme assinala com propriedade a autora: É ainda no contexto das dificuldades de unidade do M.S.T.R. que é caracterizado e analisado o M.S.T. considerado como uma dissidência política e ideológica do primeiro e como uma estrutura paralela a do movimento sindical, apesar de tentativas feitas no sentido de reverter esta situação. São analisadas tanto as divergências quanto os pontos de contato entre as duas entidades, no tocante aos objetivos mesmos dos movimentos e às suas estratégias de ação.

Sintetizando, é através da análise cuidadosa e fundamentada que a autora enfatiza como as classes e frações de classe interessadas na manutenção da atual estrutura fundiária têm conseguido, através de mecanismos vários (que vão do **lobby** à organização de milícias para-militares, entre outros) obter sucesso no seu objetivo de definir e controlar a formulação da política agrária, impedindo ao mesmo tempo a participação das classes ou frações de classes dominadas, no processo de tomada de decisão.

Para chegar à explicação de como os entraves de natureza administrativa sofrem determinações políticas, o estudo faz uma descrição da criação, desenvolvimento, transformação, fusão, extinção etc. dos principais órgãos públicos reponsáveis pela formulação, implementação ou execução da reforma agrária, centrando a análise sobretudo no Mirad e no INCRA, bem como nos dispositivos legais que deram (ou deveriam dar) respaldo legal à atuação destes órgãos. Fica evidenciado como o jogo de forças predominante no nível mais geral da sociedade reproduz-se no interior mesmo destes organismos, mostrando como também aí a balança se desequilibra em favor das forças contrárias à reforma agrária, convertendo, inúmeras vezes, os próprios órgãos do aparelho

estatal encarregados da implementação da reforma, nos responsáveis pela sua obstaculização.

O tema desenvolvido neste estudo é duplamente atual. Em primeiro lugar pelo fato mesmo de que o objeto da análise, a reforma agrária, não foi ainda equacionado. Se a relação de forças predominante se mostrou, ainda desta vez, desfavorável à implantação de reforma, isto pode apenas ser sintoma de que novamente foram derrotadas as forças políticas que lutaram pela sua concretização. De modo algum é sinônimo de sua superação como questão política ou como alternativa econômica. E as duas ordens de problema estão, na verdade, estreitamente vinculadas: Tratar a questão da reforma agrária como de natureza estritamente política pode ser sinônimo de transformá-la em mero item de política social de cunho assistencialista, que consideraria "atingidos" seus objetivos se chegasse a constituir um setor de subsistência que, embora não contribuindo produtivamente para a economia, viabilizaria estratégias de neutralização dos conflitos e tensões do campo.

Por outro lado, considerá-la, como questão tipicamente ou prioritariamente econômica é correr o risco do economicismo que vincularia, simplesmente, os objetivos da reforma agrária aos interesses do capitalismo como um todo. Considero que a viabilidade econômica da reforma agrária é algo que não precisa mais ser demonstrado; entretanto sua concretização tem necessariamente que passar por uma democratização do uso da terra que não só constitua o trabalhador rural em produtor senão que o constitua igualmente em cidadão.

No sentido de contribuir para o esclarecimento e a análise dos problemas rurais no Brasil de hoje e para a compreensão tanto da lógica de funcionamento dos organismos governamentais que atuam na área rural, como de seus processos de tomada de decisão (af abrangendo as formas e possibilidades de inclusão e/ou exclusão de camadas, classes ou frações de classe nestes processos), o presente estudo é não só atual como de grande utilidade.

O 2º aspecto que testemunha a atualidade da análise desenvolvida, diz respeito ao destino atual do Mirad, principal organismo responsável pela implementação da reforma agrária. O processo de extinção que envolveu este ministério torna o estudo de Elizabeth Duarte um documento histórico de importância considerável, por ser um registro sistemático, documentado e analisado do processo de esvaziamento do Mirad, decorrente, sobretudo, de determinadas relações orgânicas estabelecidas entre as classes dominantes e o Estado, e de determinadas formas de dominação destas classes, mediadas pelo controle do aparelho de Estado, como fica evidenciado na argumentação desenvolvida pela autora.

Se, em termos cronológicos, o estudo tem abrangência relativamente pequena — concentra-se no período de 85 a 88 — em termos históricos este é um período crucial para os que se interessam pela compreensão e análise do significado da reforma agrária na Nova República e dos grupos direta ou indiretamente envolvidos no debate e no processo mesmo de viabilização/inviabilização da reforma agrária, processo este que num certo sentido, poderia corresponder ao nascimento/morte do Mirad.

Neste sentido o estudo, além do interesse imediato que deverá despertar nos estudiosos da questão agrária (por exemplo alunos, professores e pesqui-

sadores da área de Sociologia Rural) deverá igualmente despertar o interesse de um público mais abrangente, como o de estudiosos das áreas de sociologia política, políticas públicas ou das questões relativas às relações Estado/Sociedade.

Maria Stela Grossi Porto
Departamento de Sociologia/UnB

TEIXEIRA, João Gabriel – Os Metalúrgicos de Salvador – Um Estudo de Ideologia Operária. Ed. UnB, Brasília, 1989.

Este trabalho de João Gabriel L. C. Teixeira constitui uma nova versão, em português, da tese defendida pelo autor na Universidade de Sussex, Inglaterra (junho/84) com vistas à obtenção do grau de doutor. Ainda nesta versão foram suprimidas algumas tabelas e notas explicativas com a intenção de facilitar a leitura do texto procurando, assim, atingir um público mais amplo do que apenas aquele circunscrito ao âmbito da academia.

A questão levantada pelo autor, no início do trabalho, foi influenciada pela realidade no local da pesquisa. Ou seja, dado o fenômeno recente da industrialização em área reconhecidamente pobre na Bahia, tratava-se de investigar, especificamente, a questão da aparente conformação da mão-de-obra operária, naquela região, às exigências do setor industrial. O estudo foi realizado a partir de dois casos concretos, duas indústrias multinacionais do setor metalúrgico do Centro Industrial de Aratu – Região Metropolitana de Salvador, (BA).

O fenômeno da industrialização do estado da Bahia, por ser recente do ponto de vista histórico, não tinha ainda suscitado trabalhos empíricos detalhados sobre a realidade da região. Os trabalhos de síntese histórica não são minimizados no seu valor, porém, aqueles são inatingíveis sem o paciente e metuculoso estudo dos casos concretos, a exemplo deste trabalho, que, por sua vez, não perde de vista o processo histórico mais geral.

O estudo de caso de tipo exploratório, tal como é realizado aqui, permite a visualização do problema (ideologia operária) de uma variedade de ângulos. Desse modo, interessa não só a ideologia que permeia os discursos dos operários como também as formas de resistência aos mecanismos ideológicos (internos e externos à fábrica) e, por fim, mas talvez a mais importante contribuição do trabalho, as expressões concretas de consciência de classe apresentadas pelos operários – e suas conseqüências políticas possíveis.

Não houve a preocupação de dar uma configuração teórica rígida, segundo o próprio autor nos informa, antes do trabalho de campo. Os conceitos e categorias foram emergindo ao longo da pesquisa e depois de a coleta de dados ter sido completada. O trabalho ainda dialoga durante seu percurso especialmente com outros dois trabalhos, também realizados na Inglaterra, sobre a classe operária brasileira de onde são tiradas sugestões e caminhos para o estudo desta tendo em vista suas peculiaridades de formação. Um deles é o de J. Humphrey sobre o desenvolvimento do sindicalismo entre operários da indústria automobilística da grande São Paulo e o outro é o de B. Sorj sobre o processo